

36º Encontro Anual da Anpocs

GT 08: Educação e Sociedade

ÊXITO OU FRACASSO DA AÇÃO AFIRMATIVA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL:

O CASO DA UFABC

Artur Zimerman - Professor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (CECS/UFABC). Doutorado e pós-doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e bacharel em Ciência Política e em Relações Internacionais pela The Hebrew University of Jerusalem. Endereço: Avenida dos Estados, 5001, Bloco B Bangu - Santo André - São Paulo - Brasil. CEP 09210-170. Tel/Fax: +55 11 4996 0127 - artur@ufabc.edu.br.

Sidney Jard da Silva - Professor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (CECS/UFABC). Doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), com doutorado sanduíche no Departamento de Ciência Política do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela USP. Endereço: Avenida dos Estados, 5001, Bloco B Bangu - Santo André - São Paulo - Brasil. CEP 09210-170. Tel/Fax: +55 11 4996 0127 - sidney.jard@ufabc.edu.br.

Ana Keila Mosca Pinezi, - Professora do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (CECS/UFABC). Doutora em Ciências Sociais e mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Licenciada em História (1991), pela Unimauá, Ribeirão Preto, SP, e Bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia, pela Universidade de Brasília (UnB). Endereço: Avenida dos Estados, 5001, Bloco B

Bangu - Santo André - São Paulo - Brasil. CEP 09210-170.
Tel/Fax: +55 11 4996 0127 - ana.pinezi@ufabc.edu.br.

Ações afirmativas e desempenho acadêmico:

A experiência da UFABC

Resumo

Desde os últimos anos do governo Lula, o Brasil passa por uma revolução no sistema federal de educação superior. Uma das novas universidades criada com o intuito de incluir mais pessoas da rede de pública de ensino, como também afrodescendentes e indígenas foi a Universidade Federal do ABC (UFABC), na região metropolitana de São Paulo. Cinquenta por cento das vagas estão reservadas ao sistema de cotas. O objetivo do presente artigo é investigar se estes estudantes que ingressaram com base em sua situação socioeconômica e racial têm um nível similar de êxito acadêmico que seus colegas que não participaram das cotas para ingressar na universidade, e quais as lições que devem ser consideradas para seleções futuras de estudantes no sistema federal de ensino superior no Brasil.

Palavras-chave: ações afirmativas, cotas, desempenho acadêmico, ensino superior, Brasil.

Abstract

Since the last years of the Lula government Brazil has been going through a revolution in the federal system of higher education. One of the new universities created to include more people from public schools, as well as indigenous and Afro-descendants, was the Federal University of ABC (UFABC), in the metropolitan region of Sao Paulo. Fifty per cent of vacancies are reserved for the system of quotas. The objective of this *paper* is to investigate whether these students who were admitted on the basis of their racial and socio-economic situation have a similar level of academic success than their colleagues who have not participated in quotas to joining university, and what lessons should be considered for future selections of students in the federal system of higher education in Brazil.

Key-words: affirmative action, quotas, academic success, higher education, Brazil.

I. AÇÕES AFIRMATIVAS: O SISTEMA DE COTAS NAS UNIVERSIDADES

As chamadas “ações afirmativas” (AA), “políticas afirmativas”; “políticas compensatórias” ou “discriminação positiva” são políticas que visam atenuar/compensar uma condição de sofrimento, opressão e discriminação negativa de indivíduos ou segmentos sociais em situação vulnerável, que tiveram um passado de exclusão dos direitos humanos fundamentais e de tratamento igualitário, em termos de igualdade substancial e não só formal, um dos princípios básicos de cidadania.

Essas políticas compensatórias, é importante enfatizar, não negam o direito à diversidade ou à diferença. Ao contrário, são políticas que as valorizam de forma a garantir a proteção da expressão e manifestação dessas diferenças, sejam culturais, religiosas, políticas ou de qualquer outra dimensão da vida humana, sem que sejam tomadas como pretexto para o tratamento desigual e para a discriminação.

Enquanto os direitos humanos, estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, não são específicos, isto é, estão voltados para a generalidade e universalidade da espécie humana, as AA estão relacionadas a políticas específicas, localizadas, para garantir direitos em situações e contextos particulares. Nesse sentido, as AA caracterizam-se por promover os Direitos Humanos valorizando a diferença, como uma das características intrínsecas do ser humano, e revertendo-a em uma manifestação positiva em contraposição à utilização dela como pretexto para a discriminação.

“Torna-se, contudo, insuficiente tratar o indivíduo de forma genérica, geral e abstrata. Faz-se necessária a especificação do sujeito de direito, que passa a ser visto em sua peculiaridade e particularidade. Nessa ótica, determinados sujeitos de direito ou determinadas violações de direitos exigem uma resposta específica e diferenciada. Vale dizer, na esfera internacional, se uma primeira vertente de instrumentos internacionais nasce com a vocação de proporcionar uma proteção geral, genérica e abstrata, refletindo o próprio temor da diferença, percebe-se, posteriormente, a necessidade de conferir a determinados grupos uma proteção especial e particularizada, em face de sua própria vulnerabilidade. Isso significa que a diferença

não mais seria utilizada para a aniquilação de direitos, mas, ao revés, para sua promoção” (PIOVESAN 2005, p. 46).

Assim, as AA, como medidas temporárias, extraordinárias e localizadas, não universalizantes, têm como perspectiva possibilitar a indivíduos e grupos sociais, marginalizados, expoliados e discriminados historicamente, ascensão ao mesmo patamar de igualdade em que se encontram todos os outros. Não se trata, portanto, de uma concessão de privilégios a esses indivíduos, mas uma forma de remediar, emergencialmente, e dar-lhes condições para assumirem uma posição social de igualdade, em termos de direitos e deveres fundamentais.

Ao longo da história da humanidade, é possível reconhecer grupos formados por algumas “categorias” humanas que foram ou ainda são discriminados negativamente. Essas “categorias” estão relacionadas, de maneira geral, a gênero, sexo, etnia e a características fenotípicas.

De uma maneira geral e respeitada, a diversidade cultural das várias sociedades, a luta das mulheres por igualdade de tratamento e de acesso aos direitos (ao trabalho e à educação, por exemplo) levou à implementação de um conjunto de medidas que visam à proteção da mulher no mercado de trabalho. No Brasil, é interessante registrar a “Lei de Cotas” (Lei 9.100/95), que estabeleceu a reserva de 20% dos cargos para mulheres para candidaturas nas eleições municipais.

As políticas afirmativas também foram previstas na Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (CERD), de 1968, ratificada por 157 países, incluindo o Brasil. A Conferência da ONU contra o racismo e formas correlatas de discriminação, em Durban, na África do Sul, em 2001, não só preconizou ações afirmativas de combate ao racismo, como também incentivou que os Estados tomassem essas medidas compensatórias como forma de possibilitar igualdade de direitos e oportunidades aos grupos “raciais” marginalizados historicamente.

O acesso à educação formal, um dos direitos fundamentais de todo e qualquer ser humano, é um direito necessário para possibilitar a igualdade de oportunidades (MARSHALL 1967). Esse direito tem assumido um lugar de destaque por parte da implementação de ações afirmativas nos últimos anos, no Brasil. As cotas, é importante enfatizar, são uma dentre

várias modalidades de políticas afirmativas na área de educação voltadas para grupos socialmente vulneráveis e discriminados historicamente. Embora seja uma das AA dentre várias, o sistema de cotas tem um impacto bastante abrangentes e intenso na sociedade.

“Não é possível pensar as cotas simplesmente como uma tentativa de alterar o perfil de injustiça social que prejudica os índices brasileiros ou como um mecanismo de desenvolvimento socioeconômico através de educação ampliada de setores menos favorecidos da população. Quem compreende as cotas dessa maneira estará reduzindo o fenômeno e deixará de perceber a proliferação de conseqüências e a disseminação do seu impacto numa variedade de dimensões da vida social”.

(SEGATO 2006, p. 83).

Em 2001, foi implementada a política de cotas para negros nas universidades estaduais do Rio de Janeiro. Em 2002, a Universidade do Estado da Bahia também adotou essa política. Logo depois, a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul juntou-se a essas universidades pioneiras no que se refere à adoção de políticas de cotas para negros. Em 2004, a Universidade de Brasília foi a primeira instituição de ensino público federal a promover um vestibular que reservava vagas para negros e indígenas para o acesso à universidade. A partir desses anos, outras instituições públicas de ensino superior federais adotaram, em menor ou maior escala, com restrições distintas, essa política afirmativa.

A adoção política de cotas para acesso à universidade não é, no Brasil, uma obrigatoriedade. As universidades as adotam a partir de um debate que se dá, em geral, nos órgãos de regulamentação interna.

As mudanças advindas dessas AA no cenário do acesso de negros e, em menor escala, de indígenas a universidades públicas geraram, por sua vez, um debate bastante acalorado em alguns setores da sociedade e, de forma intensa e expressa por debates de opiniões e argumentos polarizados, inclusive capturados pela mídia, no seio da comunidade acadêmica. Os argumentos mais utilizados pelos contrários ao sistema de cotas para negros nas universidades são:

- a) a racialização da sociedade brasileira;
- b) o caráter paliativo das ações afirmativas;

- c) o privilegiamento dos negros e pardos levando a um adensamento da classe média desses segmentos;
- d) a queda da qualidade de ensino nas universidades que adotaram o sistema;
- e) o aumento da discriminação racial, dentro da universidade, e o sentimento dos negros de que estão nela apenas por uma questão de benefício e não de competência.

Em contraposição, os favoráveis ao sistema de cotas para negros para acesso à universidade pública utilizam os argumentos:

- a) da reparação histórica aos afro-descendentes que foram excluídos, por mais de 500 anos, do acesso às condições básicas de cidadania;
- b) de condições de igualdade de competição para os grupos/segmentos sociais alijados de acesso da educação formal e do ensino de qualidade;
- c) de aceleração do processo de integração racial;
- d) de que a diversidade étnico-cultural na universidade é fundamental para esta, no sentido de expressar as diferenças e possibilitar um espaço de convivência entre grupos heterogêneos desse ponto de vista, o que poderia trazer a mitigação do preconceito racial e étnico.

II. DESEMPENHO ACADÊMICO DE COTISTAS E NÃO COTISTAS

Um dos motivos apontados pelos que se opõem à política de cotas para oriundos de escolas públicas e para negros e indígenas é a diferenciação do desempenho acadêmico entre cotistas e não cotistas, isto é, os primeiros apresentariam desempenho mais baixo em relação ao dos segundos, o que acarretaria uma queda na excelência da qualidade de ensino e pesquisa na universidade pública.

As palavras de Munanga parecem corroborar com essa idéia:

“... se por milagre o ensino básico e fundamental melhorar seus níveis para que os alunos desses níveis de ensino possam competir igualmente no vestibular com os alunos oriundos dos colégios particulares bem abastecidos, os alunos negros levariam cerca de 32 anos para atingir o atual nível dos alunos brancos”. (MUNANGA, 2003, s/p).

No entanto, estudos específicos e empíricos sobre as universidades que adotaram o sistema de cotas demonstram que o desempenho de cotistas e não cotistas não é tão diferente como

se poderia imaginar e que há alguns aspectos que precisam ser levados em conta no decorrer da trajetória dos cotistas na universidade.

Um estudo de caso apresentado recentemente sobre a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o desempenho dos cotistas entre 2002 e 2008 aponta para o fato de que os cotistas ou beneficiários apresentaram com o decorrer do tempo na universidade um desempenho contínuo melhorado, isto é, o Coeficiente de Rendimento (CR) foi recuperado no decorrer do curso em que estavam matriculados. Isso indica, portanto, que quanto maior o tempo na universidade, maior o CR dos cotistas, que se mostra praticamente no mesmo patamar dos não beneficiários. “Verifica-se que [no caso específico da UFBA] não existe diferença significativa entre o CR médio dos estudantes não-beneficiários dos estudantes beneficiários não-efetivos”¹ (GUIMARÃES; COSTA; FILHO, 2011).

O desempenho relativo dos cotistas, segundo o estudo, foi, em média, semelhante ao dos que não foram beneficiados pelo sistema de cotas. Os cotistas mostraram, ao longo do tempo na universidade, capacidade de ultrapassar as dificuldades iniciais (inclusive os resultados piores do desempenho no vestibular) e de melhorar o CR. Um dado importante que aparece nesse estudo é que os cotistas, embora demorem mais para se graduar, o que está associado à condição socioeconômica desses estudantes que precisam manter-se trabalhando, apresentam menor taxa de evasão escolar em relação aos não-cotistas. Portanto, o desempenho melhorado ao longo do tempo dos cotistas está associado também à questão de permanência versus evasão na universidade. Ainda, a pesquisa demonstra que no que se refere ao percentual de jubilados (que são, na UFBA, os que perderam a mesma disciplina por mais de quatro vezes ou que perderam todas as disciplinas em um mesmo semestre mais que uma vez), o indicador de desempenho mostra que os beneficiários tiveram menor índice de fracasso que os não-beneficiários.

¹Os autores dividiram os discentes em 3 grupos: não-beneficiários (estudantes que não tiveram direito às vagas do sistema de cotas); beneficiários não-efetivos (estudantes que, embora tendo direito às cotas, seriam aprovados mesmo na ausência dessa política, por seu desempenho no processo seletivo) e beneficiários efetivos, ou seja, estudantes que foram aprovados apenas porque existe o sistema de cotas) (GUIMARÃES; COSTA; FILHO 2011, p. 04).

“(…) submetidos a critérios mais rigorosos e estreitos de avaliação de desempenho e de permanência, estudantes que efetivamente se beneficiaram do novo sistema de recrutamento socialmente seletivo da UFBA, a partir de 2005 (ou seja, aqueles que entraram com as menores pontuações no vestibular, em seus respectivos cursos), demonstraram que tinham condições de acompanhar tais cursos com bom rendimento absoluto, semelhante àqueles que não necessitaram de um regime diferenciado de ingresso. Ou seja, os alunos cotistas demonstraram que tinham potencial efetivo para cursar o ensino superior na UFBA” (GUIMARÃES; COSTA FILHO, 2011, p. 10).

Outro estudo realizado na UFBA, menos recente que o anterior, em 2005, mostra que “(…) em onze dos dezoito cursos de maior concorrência, ou seja, 61% deles, os cotistas obtiveram coeficientes de rendimento iguais ou melhores que os não-cotistas” (QUEIROZ E SANTOS, 2006, p. 733).

Velloso (2006) aponta que o argumento de que os cotistas, devido às deficiências educacionais que carregam em sua história, apresentariam um desempenho ruim que acarretaria a queda da qualidade de ensino nas instituições públicas que adotaram o sistema de cotas poderia ser demonstrado por resultados no vestibular, como o primeiro que aconteceu na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) depois da adoção desse sistema. Nesse primeiro vestibular com cotas, na UERJ, os cotistas apresentaram um nível de desempenho muito baixo em comparação com os não cotistas: os cotistas fizeram entre 4 e 7 pontos num total de 110 possíveis. No entanto, segundo Velloso (2009), os dados empíricos sobre o rendimento de cotistas na várias universidades que adotam esse sistema de cotas (ou bônus) mostram outra realidade.

“Na [Universidade Estadual da Bahia] Uneb, as médias de rendimento dos alunos que haviam concorrido pela reserva de vagas para negros, em uma amostra de 11 departamentos, geralmente se situavam apenas alguns décimos de pontos abaixo das obtidas pelos demais estudantes; em dois departamentos, foram superiores – também por alguns décimos – às dos outros alunos (MATTOS, 2006). Noutra universidade do mesmo estado, a Universidade Federal da Bahia – UFBA –, os estudantes que ingressaram pelas cotas (para egressos da escola pública e, dentro destas, para negros) tiveram rendimento igual ou superior ao dos demais alunos em 61% dos 18

cursos mais valorizados (QUEIROZ; SANTOS, 2006). A evidência preliminar obtida para a UnB também não chegava a sustentar aquele argumento, igualmente dissipando temores de uma forte queda na qualidade do ensino como consequência inelutável da introdução das cotas para negros. Os resultados do primeiro semestre de estudos dos aprovados na UnB em 2004 revelaram que, no conjunto de todos os alunos, mais de 1/3 dos cotistas se situavam na metade superior da distribuição do índice de rendimento acadêmico em seus respectivos cursos, ao lado dos melhores estudantes aprovados pelo sistema universal” (VELLOSO, 2006, p.623).

Nesse mesmo texto, Velloso (2009) apresenta seu estudo feito sobre a comparação de rendimento de alunos cotistas e não cotistas de extratos sociais semelhantes. Foram analisados os rendimentos médios de três turmas de alunos cotistas e não cotistas, da Universidade de Brasília (UnB), ingressantes pelo vestibular nos anos de 2004, 2005 e 2006. “Desejava-se saber se, em cada coorte de estudantes, os que concorreram pelas cotas tinham rendimento diverso dos que se candidataram pelo sistema de ingresso tradicional, e se havia diferenças de desempenho entre elas” (VELLOSO, 2009, p. 624).

Resumidamente, o estudo mostrou que, nas três turmas dos cursos de cada área (Humanidades, Ciências e Saúde), em dois terços, aproximadamente, não houve diferença significativa, entre os dois grupos, os ingressantes por cotas e os por livre competição, no que se refere à média dos alunos em questão.

Na área de Humanidades, responsável por mais da metade das matrículas da UnB, não houve diferença substancial no rendimento de cotistas e não cotistas.

No balanço feito para as Humanidades na UnB, chamou atenção a relativa semelhança dos resultados entre a coorte mais antiga e a mais recente, assim como o notável aumento do nível de rendimento dos cotistas da turma de 2005 em relação à de 2004. Quais seriam as possíveis origens desse aumento? Os dados da pesquisa mostraram que, para os estudantes da reserva de vagas das Humanidades, entre as turmas de 2004 e 2005, o perfil socioeconômico sofreu forte deslocamento para cima: a proporção de estudantes cotistas cuja mãe tem nível superior, por exemplo, saltou de 34% para 44%. Com esse deslocamento, os perfis sociais de cotistas e não-cotistas teriam se aproximado.

As condições socioeconômicas, portanto, dos alunos, cotistas ou não, seriam o diferencial em termos de rendimento acadêmico, muito embora os estudos demonstrem que não há uma linearidade nessa relação causal. Outra hipótese para compreender o rendimento superior de cotistas em relação aos não cotistas em cursos na área de humanidades valorizados, com aponta Velloso (2009), seria a de que os cotistas valorizaram extremamente sua chance de cursá-los numa universidade pública, possibilitando, por sua vez, o aumento da auto-estima o que se configura como fator importante para o aumento do rendimento acadêmico.

Na área de Ciências, no entanto, os resultados obtidos pelo estudo foram diferentes dos da área de Humanidades. O rendimento médio dos cotistas se mostrou inferior ao dos não cotistas, com exceção para o ano de 2005, como acima apontado também na área de Humanidades, ano em que houve uma redução das diferenças entre os dois grupos. Essa diferença entre o rendimento de cotistas e não cotistas foi mais evidente e, muitas vezes gritante, entre os alunos das carreiras de maior prestígio social, em especial a das engenharias (havia também diferenciações correspondentes a qual engenharia cursada).

Em cursos menos valorizados na área de Ciências, em alguns deles houve superação do rendimento dos cotistas em relação aos não cotistas. Uma das hipóteses apontadas para a diferença entre rendimento dos cotistas ser mais baixo na área de Ciências do que nas de Humanidades é a de que o ensino médio propicia poucos subsídios para o desenvolvimento do conhecimento do aluno na área de ciências exatas. Há um déficit bastante alto de professores na área de química e física na rede pública de ensino, o que se reflete, posteriormente, no rendimento do aluno na universidade.

Na área da Saúde, houve uma diversidade grande quanto ao rendimento dos alunos, cotistas ou não, e ocorreu exatamente o contrário do que ocorreu na área de Ciências Exatas. Nas três carreiras de maior prestígio, Odontologia, Medicina e Farmácia, “em síntese, no conjunto das três turmas, em todos os três cursos mais valorizados houve diferenças de peso nas médias, metade delas favorecendo os cotistas” (VELLOSO, 2009, p. 638). Nos cursos menos valorizados nessa área, houve um maior rendimento dos não cotistas. A pergunta que se coloca é por que nos cursos de saúde, ao contrário do que se poderia esperar, os alunos cotistas apresentaram rendimento tão próximo dos não cotistas, em especial no curso de Medicina?

Velloso responde:

“A resposta residiria, em parte, na autosseleção dos candidatos ao vestibular. Como bem observaram Braga *et al.* (2001), são poucos os jovens candidatos à educação superior que ousam desafiar a hierarquia não-escrita, simbólica, do prestígio social dos cursos (e das instituições). Nesse processo de autosseleção, a auto-avaliação dos jovens sobre a qualidade de sua formação anterior, e por essa via quanto às suas chances de aprovação no vestibular, tende a fazer com que se inscrevam em carreiras com maiores probabilidades de ingresso” (VELLOSO, 2009, p. 639).

O grau de homogeneidade de desempenho no vestibular entre cotistas e não cotistas é um dado que confirma a noção de autosseleção. Quanto maior a autosseleção maior será a homogeneidade de desempenho no vestibular entre os dois grupos. Por sua vez, os que resolvem enfrentar as dificuldades de acesso a um curso de prestígio social como o de medicina, por meio das cotas, parecem resignar-se a um aprofundamento maior nos estudos, o que explicaria também o bom desempenho desses cotistas em relação aos universais ou não cotistas.

As cotas para negros, diante do estudo feito por Velloso, parecem ser um dos diferenciais no que se refere à reparação da desigualdade social, mesmo de forma modesta. Isso porque os cotistas por ele estudados tinham uma base ou eram oriundos de extratos socioeconômicos muito semelhantes. Estudos demonstram, no entanto, que a cor da pele é um diferencial quanto ao rendimento escolar, isto é, negros e pardos têm um rendimento inferior aos brancos de mesma posição socioeconômica (VELLOSO; CARDOSO, 2011).

Pode-se entender, diante dos estudos empíricos aqui apontados, que a questão do racismo aparece como um dos pontos críticos da produção de desigualdades e, por isso, alvo específico das AA, para além das questões socioeconômicas. Ainda, ficou claro que a ideia de que a excelência acadêmica das universidades públicas no Brasil não está ameaçada pela presença de cotistas. A resiliência aparece como um fator fundamental nos estudos sobre desempenho acadêmico dos cotistas. É por meio dela que os cotistas parecem, de forma resignada, superar os obstáculos e déficits registrados em sua vida escolar, motivados pelo

desejo de aproveitar a chance de cursar uma universidade pública e de poder acessar um universo até então oferecido apenas a uma elite, branca.

Neste artigo, o objetivo é discutir não exatamente o debate que se coloca entre prós e contra as AA, especificamente o sistema de cotas para negros como acesso à universidade pública, mas sim discutir a questão do desempenho acadêmico de cotistas e não cotistas. O trabalho tem como base os dados do perfil dos estudantes da Universidade Federal do ABC (UFABC), que será detalhado mais adiante.

O trabalho corrobora a tese de que a cor da pele é a principal variável explicativa para a diferenciação de rendimento escolar entre cotistas e não-cotistas nas instituições que adotam o sistema de cotas sociais como política de AA, como é o caso da UFABC. A pesquisa reforça a necessidade de desenvolvimento de AA de permanência e de melhoria de desempenho voltadas preferencialmente para estudantes negros (pretos e pardos), destacando a necessidade de desenvolvimento de políticas focalizadas para as alunas de cor preta.

III. ANÁLISE DE DADOS

Há três anos, uma vez ao ano, na matrícula do segundo para o terceiro período quadrimestral, é aplicado aos alunos da UFABC um questionário com mais de 60 perguntas. As questões abrangem desde a situação socioeconômica do alunato até opções de lazer, alimentação, meios de informação, locomoção, avaliação da universidade, aspectos de sua formação acadêmica e temas afins.

Essa é uma maneira da instituição conhecer o perfil e a opinião dos seus alunos e se auto-avaliar sistematicamente. Apesar de ser um questionário longo, quase a totalidade dos alunos o responde, principalmente por garantir o anonimato e porque os alunos parecem compreender que os resultados nele obtidos servirão para aprimorar os rumos que tomará a jovem universidade.

O conteúdo desta análise de dados refere-se às respostas de 4855 alunos da UFABC no ano de 2011, última coleta desse questionário, que é realizado virtualmente, como dito, na véspera da matrícula do estudante. Como interesse de análise deste artigo, abordamos aspectos do aluno estar ou não inserido no programa de cota da universidade, no qual é reservada a metade das vagas aos estudantes que cursaram o ensino médio em sua totalidade

na rede pública e, dentre estas vagas reservadas, incluem-se percentuais para minorias negra (pessoas das cores preta e parda) e indígena.

Outra variável relevante desta pesquisa é o desempenho ou êxito acadêmico, mensurado pelo Coeficiente de Rendimento (CR), calculado em todas as disciplinas cursadas pelos estudantes. Na UFABC, alunos com CR a partir de 2,0 podem ser agraciados por uma série de possibilidades, como candidatar-se à bolsa de iniciação científica e ao programa Pesquisando Desde o Primeiro Dia (PDPD), além de outros benefícios socioeconômicos e acadêmicos. Por este motivo, separamos alunos com CR menor ou igual a dois, que seriam estudantes sem possibilidades de pleitear os referidos benefícios; e CR maior que dois, os alunos com resultados satisfatórios na UFABC. Devemos levar em conta que todos os alunos que responderam ao questionário possuem CR, inclusive os que entraram no mesmo ano do questionário, pois a mensuração do CR não distingue por período que o estudante se encontra na instituição. Se é um aluno recém-ingressado em seus estudos acadêmicos, pode ocorrer que decidiu cursar poucas disciplinas e não obteve um desempenho satisfatório nelas, o que é bem diferente do graduando que está em seu último período de curso com CR baixo e que não conseguirá elevá-lo rapidamente, como o estudante iniciante, devido a seus muitos créditos cursados. Portanto, não separamos os alunos por período de ingresso na instituição.

Outras variáveis mencionadas e utilizadas na análise dos dados foram: cor de pele, gênero, renda familiar, bolsa permanência e deficiência de aprendizagem. Foram cruzados estes dados para verificar se os alunos cotistas apresentam desempenho semelhante ao dos não-cotistas. Quando o aluno optou por marcar as alternativas “não sei” ou “não respondeu” no questionário, preferimos retirar estas observações da análise e deixar os números válidos sobre determinada questão. Devemos levar em consideração que as análises descritivas a seguir se baseiam única e exclusivamente em respostas de alunos, sendo auto-declaratórias e não informações institucionais a respeito, ou seja, o próprio aluno declara sua cor de pele, sua renda familiar e seu CR, e não a instituição, com dados oficiais a respeito.

Primeiramente, realizaremos análise descritiva dos dados, para então, se for o caso, aplicar análise explicativa por meio de regressão.

Dos 4855 alunos respondentes, 3237 são os que souberam responder sua faixa do Coeficiente de Rendimento (CR), representando 67% da totalidade da população de estudantes e, portanto, são os que se inscrevem no gráfico 1.

O CR médio aproximado² de todos os alunos (cotistas e não-cotistas, com alto e baixo desempenho acadêmico) foi de 2,06, um pouco acima de 2,00, sendo, portanto, classificado como de médio desempenho acadêmico.

Tabela 2: Desempenho acadêmico dos estudantes em diversas categorias.

	CR médio dos alunos	Número válido de alunos	CR médio <2	Número válido de alunos	CR médio >2	Número válido de alunos
Não-cotistas	2,11	2049	1,52	911	2,58	1138
Cotistas	1,99	1188	1,43	616	2,59	572
Total		1527		1710		

Fonte: Perfil e Opinião Discente (UFABC/Propladi, 2011).

Se separarmos cotistas e não cotistas, chegaremos ao CR médio de todos os não-cotistas de 2,11 (dentre os 2049 não-cotistas), e o CR médio de todos os cotistas de 1,99 (dentre os 1188 cotistas).

Entre os alunos não-cotistas com baixo desempenho acadêmico, o CR médio foi de 1,52 (dentre os 911 não-cotistas); enquanto entre os cotistas com baixo desempenho o CR médio foi de 1,43 (dentre os 616 cotistas).

No outro patamar, desempenho acadêmico médio-alto, os alunos não-cotistas apresentaram CR médio de 2,58 (dentre os 1138 não-cotistas) e s os cotistas de 2,59 (dentre os 572 cotistas).

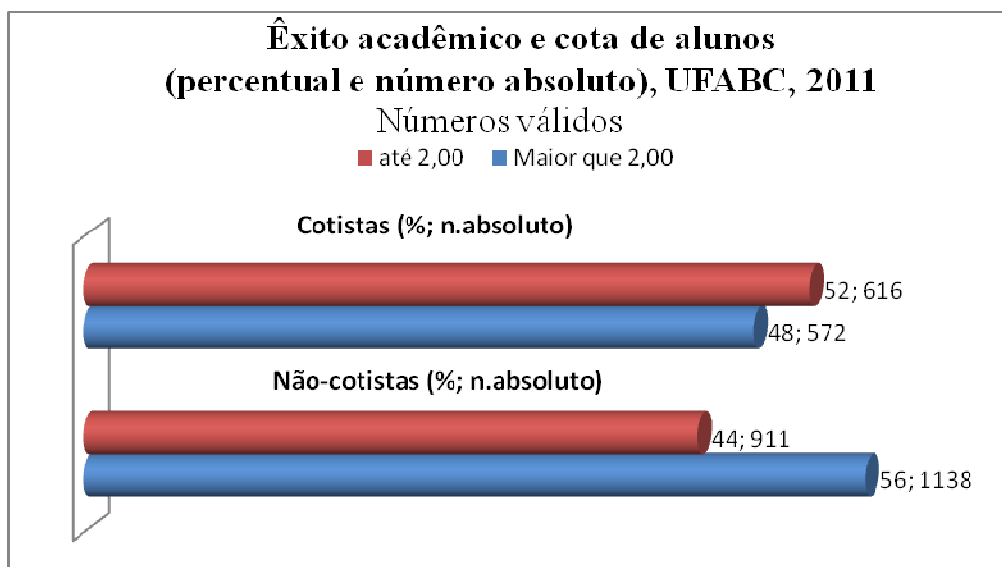
² Foi baseado em faixas de CR e não CR desagregado.

Os cotistas com alto desempenho acadêmico, portanto, estão em situação um pouco melhor do que os não-cotistas com semelhante desempenho, apesar da quantidade de alunos, como mencionada, ser bem inferior a de não-cotistas.

O problema maior e a maior diferença apresentam-se entre os alunos com baixo desempenho acadêmico, e talvez seja nessa população específica que as políticas de reforço e acompanhamento devam se concentrar, como será abordado posteriormente.

O desempenho acadêmico dos cotistas parece ser proporcionalmente menor do que o de não-cotistas. Enquanto a maioria dos cotistas apresenta rendimento acadêmico médio-baixo (CR igual ou inferior a dois) os não-cotistas vão na direção oposta, e sua maioria exibe rendimento acadêmico médio-alto (CR igual ou maior que dois). A diferença na intensidade também é um dado a se mencionar, sendo que o nível entre baixo e alto desempenho acadêmico entre cotistas e entre não-cotistas, é consideravelmente grande, ou seja, de quatro pontos percentuais e doze pontos percentuais, respectivamente. A partir destes dados preliminares, podemos intuir que não-cotistas têm, em média, melhor desempenho do que os cotistas.

Gráfico 1 – Desempenho de alunos cotistas e não-cotistas, (auto-declaração).

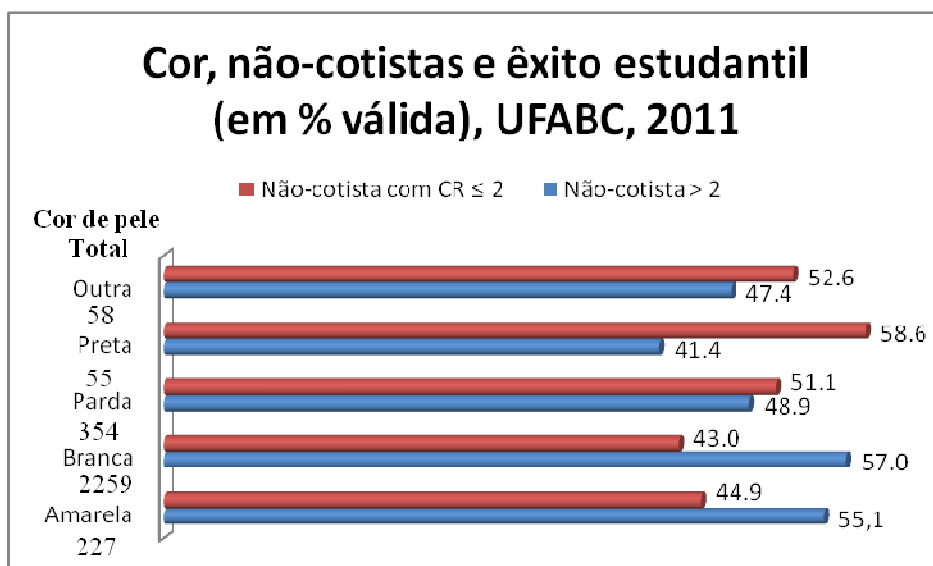


Fonte: Perfil e Opinião Discente (UFABC/Propladi, 2011).

Importante salientar que os dados apresentados neste artigo são estáticos, ou seja, para apenas um período de coleta. Portanto, não pretendemos mensurar a alteração no desempenho de um ano a outro, mas a partir de apenas um período³.

O mesmo direcionamento do gráfico anterior, sobre cotas e desempenho acadêmico pode ser mais específico se desagregarmos, incluindo a variável cor de pele, como nos dois gráficos seguintes (números 2 e 3). Sabemos que esta variável pode influenciar no desempenho acadêmico, por estar associada a outras variáveis sócio-econômicas, como renda familiar, qualidade da escola anterior ao ingresso na universidade, escolaridade dos pais, e etc..

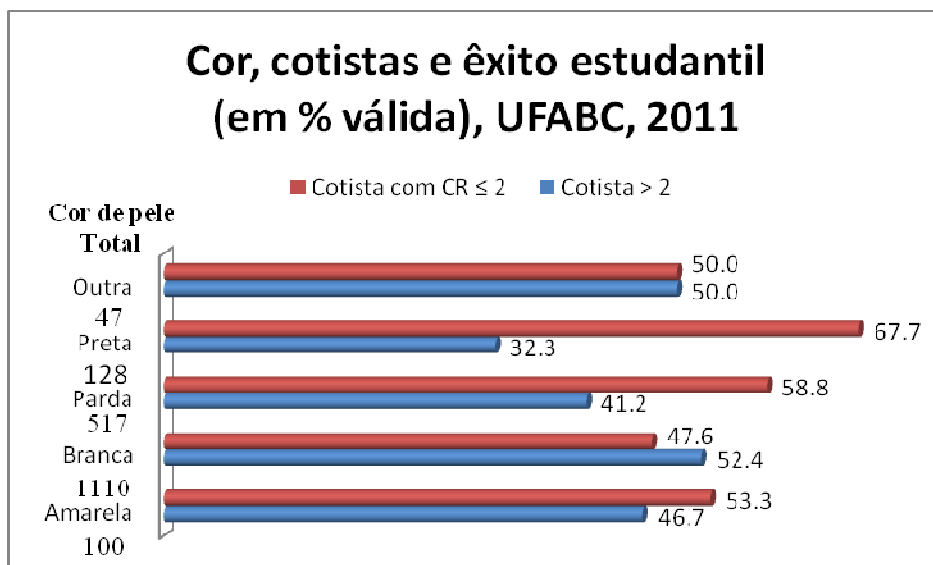
Gráfico 2 – Cor de pele, alunos não-cotistas e êxito estudantil (em % válida) (auto-declaração).



Fonte: Perfil e Opinião Discente (UFABC/Propladi, 2011).

Gráfico 3 – Cor de pele, alunos cotistas e êxito estudantil (em % válida) (auto-declaração).

³ O texto de Antônio Sergio Guimarães (USP), Lilia Carolina Costa (UFBA), e Naomar de Almeida Filho (UFBA), intitulado “Inclusão social e rendimento escolar: O caso da UFBA”, apresentado no 35º Encontro Anual da ANPOCS, em outubro de 2011, ao analisar o rendimento escolar de outra instituição acadêmica federal de ensino superior em Salvador, no estado da Bahia, a UFBA, conclui que embora o desempenho de cotistas tenha sido menor do que o de não-cotistas, em termos proporcionais, isto é, na diferença de um ano a outro, o rendimento dos cotistas é maior em relação aos não-cotistas, embora em termos absolutos os não-cotistas continuem à frente em suas notas.



Fonte: Perfil e Opinião Discente (UFABC/Propladi 2011).

Pretos e pardos têm em sua maioria, desempenho inferior tanto como cotistas como não-cotistas. Amarelos apresentam baixo desempenho no grupo de cotistas, mas alto desempenho no dos não-cotistas, sendo os brancos que apresentam melhor desempenho em ambas as categorias de não-cotistas e cotistas. As maiores diferenças de cor em relação ao desempenho acadêmico são: pretos cotistas (-35,4%), pardos cotistas (-17,6%), pretos não-cotistas (-17,2%), brancos não-cotistas (14,0%), amarelos não-cotistas (10,2%)⁴.

Sendo as cotas raciais destinadas aos negros (e também aos indígenas) na UFABC, os dados descritivos revelam indícios que tanto pretos como pardos apresentam desempenho acadêmico inferior o que nos leva a inferir que este grupo precisaria, mais que outros, de auxílio para ingresso na universidade. Porém, estando dentro dela, também demandariam políticas focalizadas para conseguirem finalizar os estudos com bom desempenho.

Se desagregarmos ainda mais, verificando a situação de gênero, agora em camadas de não-cotistas e cotistas e de cor de pele, podemos especificar ainda mais o perfil de alunos e inferir a tendência do desempenho acadêmico.

Vale lembrar que desde a recente história da UFABC, sempre houve uma grande maioria de estudantes do sexo masculino, já que a universidade havia sido concebida para a área

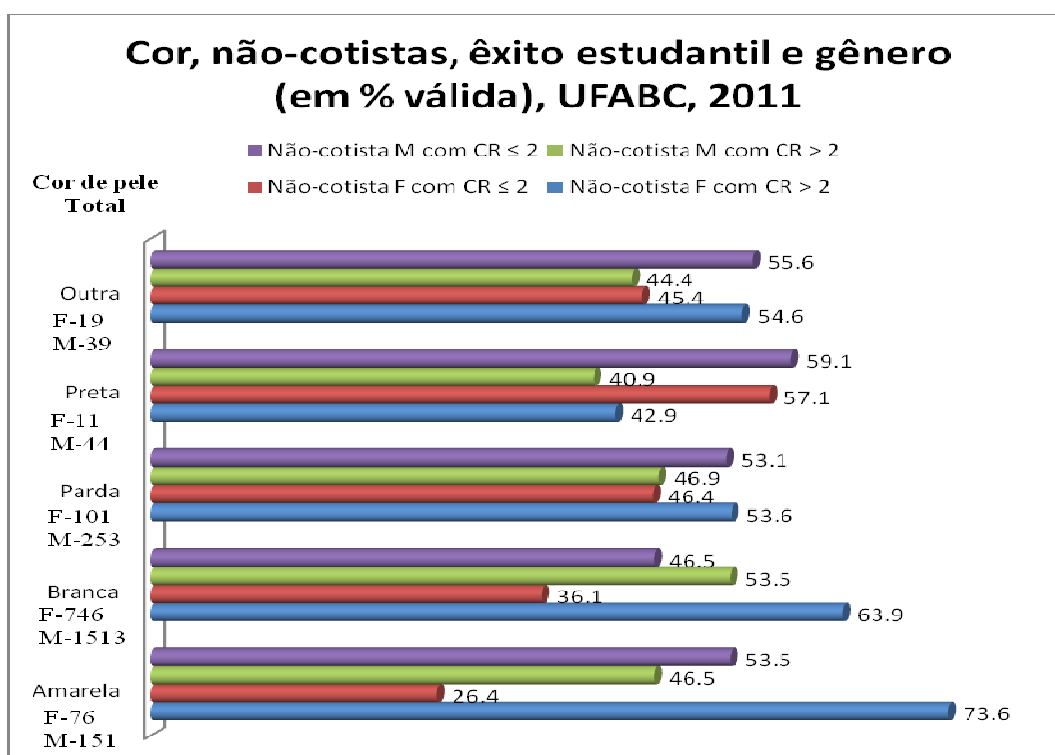
⁴ Sinais negativos indicam diferença a favor ao baixo desempenho, e sinais positivos apontam para diferença favorável ao alto desempenho acadêmico.

tecnológica na qual, no Brasil, os homens tendem a predominar; enquanto o gênero feminino tende a superar masculino em áreas como psicologia, ciências sociais, e afins.

Posteriormente a UFABC abriu o leque de outros cursos, incluindo as áreas de humanidades e ciências sociais, mesmo que em proporção bem inferior às *hard sciences*. Atualmente, dos que preencheram o questionário, 1497 são mulheres e 3358 homens, ou seja, apenas 30,8% de mulheres na instituição. Por esta razão, consideramos os números dos dois gráficos abaixo (4 e 5) proporcionalmente em relação aos seus pares e não comparativamente ao sexo oposto.

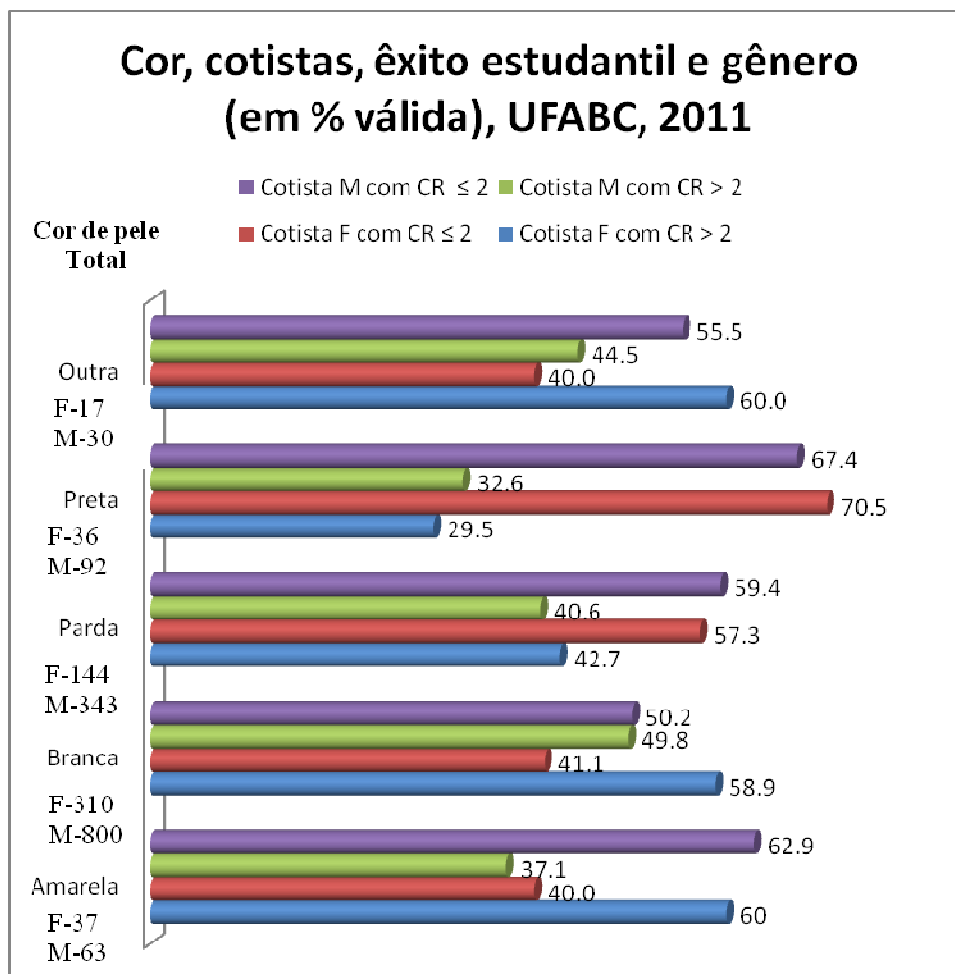
As tendências encontradas em relação ao gênero na UFABC surpreendem. O gênero masculino, em relação aos não-cotistas, aparte os de cor branca, apresenta, em média, baixo desempenho acadêmico. Já o gênero feminino, em relação aos não-cotistas, exibe em média maior tendência a alto desempenho acadêmico em todas as cores, exceto a cor preta.

Gráfico 4 – Cor de pele, não-cotistas, êxito estudantil e gênero (em % válida) (auto-declaração).



Fonte: Perfil e Opinião Discente (UFABC/Propladi, 2011).

Gráfico 5 – Cor de pele, cotistas, êxito estudantil e gênero (em % válida) (auto-declaração).



Fonte: Perfil e Opinião Discente (UFABC/Propladi 2011).

Dentre os cotistas masculinos, em todas as cores o desempenho foi mais baixo, em média. Desta vez não tivemos nenhuma exceção, mesmo com a ínfima diferença da cor branca, com apenas 0,4%.

As mulheres cotistas exibiram mais uma vez mais alto desempenho em média. As exceções se repetem, desta vez com o grupo de negros (pretos e pardos), sublinhando-se este grupo vulnerável que necessita, provavelmente, de ações afirmativas para equalizar-se com os outros, principalmente brancos e amarelos.

Algumas grandes diferenças merecem e devem ser destacadas: mulheres não-cotistas de cor amarela tiveram uma melhora no desempenho muito grande, com diferença de nada menos que 47,2%, enquanto as mulheres brancas não-cotistas melhoraram seus desempenhos

acadêmicos, em média, 27,8% de diferença. Em relação aos alunos cotistas, as mulheres de cor preta declinaram 41% caindo de desempenho acadêmico (diferença entre os grupos de alto e baixo desempenho acadêmico). Os homens pretos e amarelo também declinaram e sua diferença foi de 34,8% e 25,8% respectivamente para cada grupo mencionado.

Vale destacar que, com tal desagregação de dados, os grupos menores e que podem ser afetados por tal análise descritiva por serem muito pequenos são os de cor preta, e de gênero feminino. Grupos de cor amarela e outra também são pequenos. Os indígenas não aparecem nas opções de cor, mesmo sendo contemplados por cota na universidade e, apesar deste grupo provavelmente fazer parte da denominação “outra”.

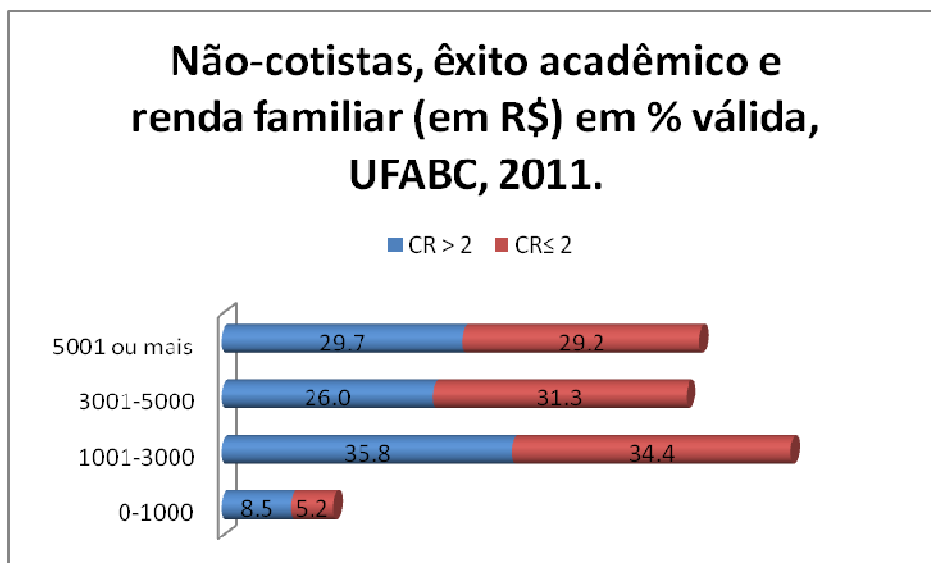
Outra variável relevante na pesquisa sobre cotas e desempenho acadêmico é a faixa de renda mensal familiar, como vemos nos dois gráficos seguintes. Essa variável foi dividida em quatro faixas distintas, todas em reais (0-1000; 1001-3000; 3001-5000; maior que 5000)⁵.

Dos alunos não-cotistas, apenas a faixa R\$3001-R\$5000 teve maioria com baixo desempenho. Destacamos que, ao contrário das expectativas, a menor faixa salarial (R\$0-R\$1000) apresentou uma boa diferença proporcional favorável aos alunos com bom desempenho acadêmico.

Dos alunos que foram aprovados no processo seletivo do ENEM por meio de cotas, apenas a faixa de renda familiar R\$1001-R\$3000 exibiu, em média, mais alunos com baixo desempenho, diferente das outras faixas de renda. No entanto, novamente, a faixa de renda mais baixa demonstrou, em média, mais alto desempenho acadêmico destes alunos oriundos de famílias pobres. Isso surpreendeu, já que esperava-se maior dificuldade acadêmica por questões sócio-econômicas destes alunos.

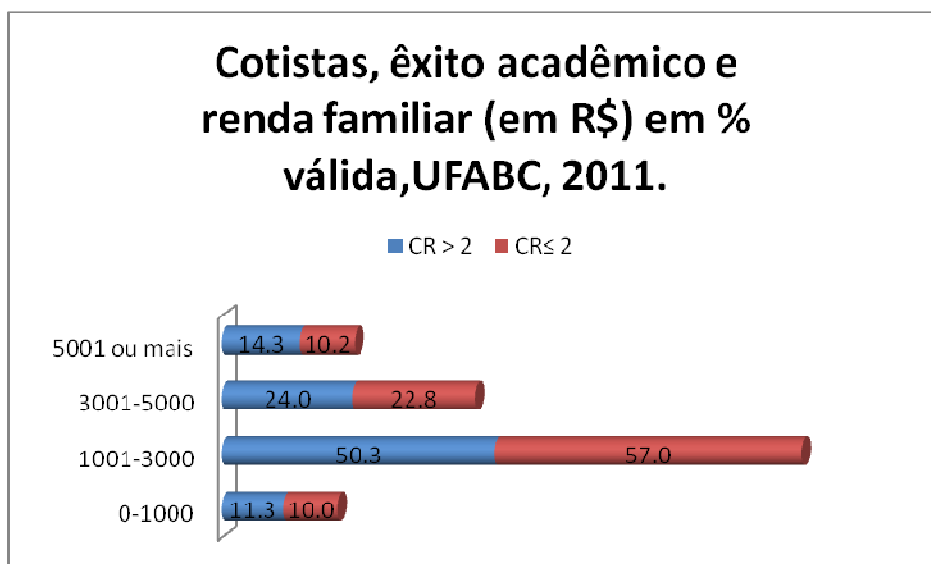
Gráfico 6 – Não-cotistas, êxito acadêmico e renda familiar (em R\$), em % válida (auto-declaração).

⁵ Para pesquisadores de fora do Brasil, a cotação do dólar estado-unidense em 16.11.2011 era de R\$1,77/US\$1,00.



Fonte: Perfil e Opinião Discente (UFABC/Propladi, 2011).

Gráfico 7 – Cotistas, êxito acadêmico e renda familiar (em R\$), em % válida, (auto-declaração).

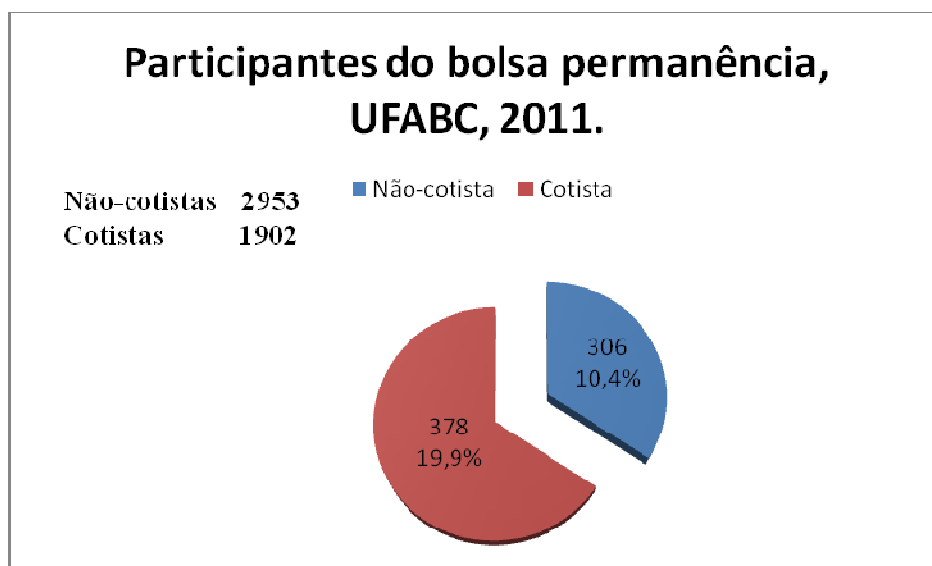


Fonte: Perfil e Opinião Discente (UFABC/Propladi, 2011).

As dificuldades por uma gama de problemas que se mesclam e dificultam o desempenho acadêmico do alunato, de financeiros, a questões familiares, de saúde, e similares, deveriam ser em parte acomodados por auxílio financeiro que permitam melhorar o

desempenho/rendimento acadêmico e fazer com que os alunos nestas condições permaneçam em seus cursos e melhorem seu coeficiente acadêmico. Este auxílio existe na UFABC e foi batizado de “bolsa permanência” como indica no gráfico pizza a seguir.

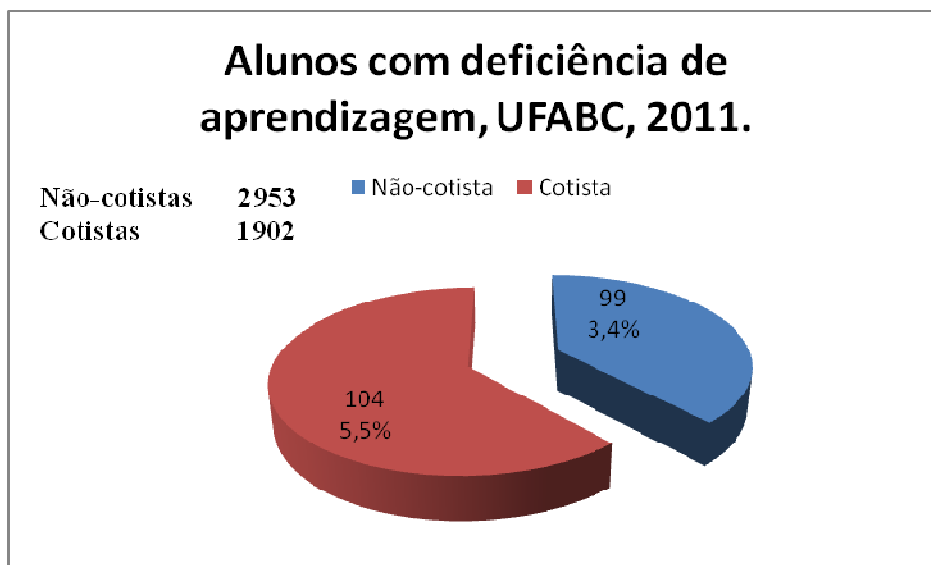
Gráfico 8 – Participantes do bolsa permanência, (auto-declaração).



Fonte: Perfil e Opinião Discente (UFABC/Propladi, 2011).

Os cotistas somam praticamente o dobro dos não-cotistas a receberem tal auxílio para permitir sua permanência e melhora no desempenho acadêmico no decorrer de seus estudos. Porém, problemas variados podem dificultar a permanência dos alunos na universidade, inclusive e principalmente quando se têm dificuldades acadêmicas acentuadas por deficiências variadas, entre elas, a deficiência de aprendizagem.

Gráfico 9 – Alunos com deficiência de aprendizagem (auto-declaração).



Fonte: Perfil e Opinião Discente (UFABC/Propladi 2011).

Vemos, no gráfico 9 que os cotistas, muitas vezes por seu histórico de mais dificuldades financeiras e sociais, apresentam mais vulnerabilidade nessa debilitação em relação aos não cotistas. Deve-se levar em consideração a baixa quantidade de alunos nessa situação quando observamos a totalidade dos alunos da UFABC.

Após a realização da análise descritiva, incluímos abaixo uma análise exploratória de causalidade para tentar explicar o desempenho acadêmico dos alunos. O intuito é investigar quais as variáveis explicativas que relacionariam o bom desempenho dos alunos com relação a ser ou não cotista, a pertencer a uma cor determinada, ou a trabalhar para poder se sustentar e, assim, poder estudar.

Na tabela a seguir, temos as variáveis independentes que explicariam o desempenho acadêmico dos alunos.

Tabela 3 – Descrição das variáveis independentes.

Nome	Valores
Atividade não-acadêmica remunerada	0 = não exerce atividade não-acadêmica remunerada; 1 = exerce atividade não-acadêmica remunerada.
Cor branca	0 = cor amarela, parda ou mulata, preta, outra; 1 = cor branca.
Cor negra	0 = cor branca, amarela, outra; 1 = cor parda ou mulata, preta.
Cotista	0 = aluno não-cotista; 1 = aluno cotista.

Fonte: Autoria própria (baseado em dados do perfil dos alunos da UFABC/Propladi).

A atividade não-acadêmica remunerada se refere a trabalho de aluno com o objetivo de se sustentar (e/ou sustentar a sua família) para então poder estudar. Como o tempo destinado a atividade profissional não-qualificada é relativamente longo, mesmo para os que trabalham meio-período, sobraria pouco tempo livre para o aluno se dedicar a seus estudos e poder alcançar resultado satisfatório na mesma medida que o aluno que tem tempo livre para seus estudos.

Decidimos incluir as cores branca e negra (parda ou mulata e preta) para verificar as diferenças em relação a alcançar alto desempenho acadêmico. Como no Brasil a cor de pele está correlacionada à situação sócio-econômica, e esta por sua vez à educação, com a cor branca a expectativa é que ela eleve a chance de ter um desempenho acadêmico alto, e a cor negra o contrário.

Vimos na análise descritiva que os cotistas têm desempenho acadêmico pior do que os não-cotistas. Queremos agora verificar a associação entre ser cotista e o desempenho acadêmico dos alunos.

Tabela 4 – Modelos de regressão logística binária⁶

Alto Rendimento Acadêmico	Modelo I	Modelo II
Atividade não-acadêmica remunerada	0,752*** (0,073)	0,755*** (0,073)
Cor negra	0,745*** (0,078)	
Cor branca		1,216*** (0,071)
Cotista	0,758*** (0,068)	0,740*** (0,067)
N	4855	4855
Hosmer-Lemeshow Test (ajuste de modelo)	0,311	0,000

Fonte: Autoria própria (baseado em dados do perfil dos alunos da UFABC/Propladi).

Todas as variáveis tiveram significância $p \leq 0,01$ e, portanto, devem ser levadas em consideração. Construímos dois modelos, onde a diferença é apenas que no modelo I a cor negra foi incluída e no modelo II a cor branca foi incluída, por não podermos colocá-las no mesmo modelo para não gerar multicolinearidade.

⁶ Significância: *** $p \leq 0,01$. OR (*odds ratio*) na primeira linha de cada variável seguido do erro-padrão entre parênteses. N=4.855 observações para o ano de 2011.

Como o índice que escolhemos foi o ODDS RATIO ao invés do coeficiente apenas, podemos indicar além da direção entre as variáveis independentes e a dependente, também a intensidade dessa associação.

No modelo I, encontramos que a atividade não-acadêmica remunerada de alunos que trabalham reduz em 0,7 vezes a chance do aluno ter um alto desempenho acadêmico. O aluno de cor parda ou preta (negra) reduz em 0,7 vezes sua chance de ter alto desempenho nos estudos. Além disso, o aluno cotista tem sua chance reduzida em 0,7 vezes de ter alto desempenho.

O modelo II é muito semelhante ao I, com a diferença que o aluno de cor branca aumenta em 1,2 vezes a chance de ter alto desempenho acadêmico, em contraposição ao aluno negro, como vimos anteriormente.

A regressão logística binária utilizou as 4.855 observações presentes no banco de dados sobre o perfil dos alunos da UFABC para o ano de 2011.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação realizada com os estudantes da UFABC demonstrou que há diferenças de desempenho acadêmico entre cotistas e não-cotistas, a favor do segundo grupo. Cabe ressaltar que a literatura acadêmica sobre o tema demonstra que esta diferença tende a ser acentuada no momento de ingresso do aluno, mas diminuir à medida que os estudantes dão continuidade em seus estudos. Ou seja, o rendimento dos cotistas aumenta em relação aos não-cotistas, e apesar de não se igualar, aproxima-se razoavelmente.

Portanto, não basta o ingresso numa universidade de ponta para reduzir as diferenças. A oportunidade de ingresso é essencial, mas uma política de fortalecimento desses alunos que ingressaram com maior deficiência deveria ser prioridade para que não ocorra evasão e reprovação dos alunos cotistas. Os achados do presente artigo chamam atenção para a particular situação das estudantes que se auto-declaram de cor preta, as quais deveriam ser público alvo de políticas específicas dentro do sistema de cotas sociais e raciais adotado pela universidade.

No país, atualmente, temos cerca de 70 instituições públicas que possuem sistema de cotas para ingresso. Há um certo consenso no que diz respeito à inclusão, apesar de haver

divergências sobre como ela deveria ser implementada (social ou racial). O momento atual de crescimento econômico teria que facilitar o acesso de camadas antes desprivilegiadas para que tenham as mesmas oportunidades que qualquer cidadão de ingressar numa universidade e progredir socioeconomicamente, independente de sua cor ou origem social. Esse é o único caminho para evitar que o círculo vicioso de pais que não estudaram e filhos que não estudarão continue perpetrando a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTARUGIO, M. H.; SILVA, R. L. F.; TÁBOAS, P. Z.; COSTA, L. C. (2011). “Formação de professores na UFABC: um currículo para o século XXI. In NATAL, C. B.; DALPIAN, G. M.; CAPELLE, K. W.; FERREIRA, R. L. S.; SILVA, S. J. (orgs.) *UFABC 5 anos: um novo projeto universitário para o Brasil*. Santo André, Universidade Federal do ABC.

BARREYRO, G. B.; AURELIANO, A. F. (2011). “Democratização do acesso em universidades públicas do Estado de São Paulo: novos campi, velhas desigualdades. In NATAL, C. B.; DALPIAN, G. M.; CAPELLE, K. W.; FERREIRA, R. L. S.; SILVA, S. J. (orgs.) *UFABC 5 anos: um novo projeto universitário para o Brasil*. Santo André, Universidade Federal do ABC.

BEVILACQUA, C. (2005) Entre o previsível e o contingente: etnografia do processo de decisão sobre uma política de ação afirmativa. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 48(1).

BITTAR, M.; ALMEIDA, C.M. (2006). Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 141-159. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a10n28.pdf>

BRASIL, Ministério da Educação. (2007). *Expansão das universidades federais: o sonho se torna realidade (2003-2006)*. Brasília, MEC.

CARDOSO, C.B. (2008). Efeito das políticas de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão. Dissertação de mestrado em Educação. Disponível em: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1891/1/2008_ClaudeteBatistaCardoso.pdf

GUIMARÃES, A.S.A.; COSTA, L.C.; FILHO, N.A. (2011). “Inclusão social e rendimento escolar: O caso da UFBA”, apresentado no 35º Encontro Anual da ANPOCS.

MARCHELLI, P. S. (2011). “O novo projeto universitário no Brasil e o foco no currículo interdisciplinar. In NATAL, C. B.; DALPIAN, G. M.; CAPELLE, K. W.; FERREIRA, R. L. S.; SILVA, S. J. (orgs.) *UFABC 5 anos: um novo projeto universitário para o Brasil*. Santo André, Universidade Federal do ABC.

MARSHALL, T. H. (1967). Cidadania e classe social. In MARSHALL, T. H., Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar.

MILIONI, A. Z.; DALPIAN, G. M.; GONÇALVES, J. (2011). “Da concepção à implantação da pós-graduação na UFABC: o programa em nanociências e materiais avançados”. In NATAL, C. B.; DALPIAN, G. M.; CAPELLE, K. W.; FERREIRA, R. L. S.; SILVA, S. J. (orgs.) *UFABC 5 anos: um novo projeto universitário para o Brasil*. Santo André, Universidade Federal do ABC.

MOEHLECKE, S. (2002). “Ação afirmativa: história e debates no Brasil”. *Cadernos de Pesquisa*, 117, pp. 197-217, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>

MUNANGA, K. (2003). “Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil – Um ponto de vista em defesa de cotas”. *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá: UEM, ano II, n. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/022/22cmunanga.htm>.

LEITE, P. T. (2011). “Estrutura e ênfases do curso de bioengenharia na UFABC.” In NATAL, C. B.; DALPIAN, G. M.; CAPELLE, K. W.; FERREIRA, R. L. S.; SILVA, S. J. (orgs.) *UFABC 5 anos: um novo projeto universitário para o Brasil*. Santo André, Universidade Federal do ABC.

LEITE, P. T.; SANTOS, R. C.; WALDMAN, H.; CARAJILESCOV, P. (2011). “Inovação no ensino de engenharia.” In NATAL, C. B.; DALPIAN, G. M.; CAPELLE, K. W.; FERREIRA, R. L. S.; SILVA, S. J. (orgs.) *UFABC 5 anos: um novo projeto universitário para o Brasil*. Santo André, Universidade Federal do ABC.

OLIVEIRA, D. R. (2011). *Cotas na UFABC: um estudo de caso*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão Pública). Universidade Federal do ABC.

OLIVEIRA, G. A. G. (2010). *Interdisciplinaridade e inclusão social no processo de implantação da Universidade Federal do ABC: da proposta à prática*. (2010). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

PINEZI, A. K. M.; ZIMERMAN, A.; SILVA, S. J. (2010) “Políticas de inclusão no ensino superior brasileiro: velhos instrumentos para novos projetos.” *In VII Congreso Internacional de Educación Superior*. Havana, Cuba.

PIOVESAN, F. (2005). “Ações Afirmativas da Perspectiva dos Direitos Humanos”. *Cadernos de Pesquisa*, 35(124), pp. 43-55.

QUEIROZ, D.M.; SANTOS, J. T. (2006). “Sistema de cotas: um debate. Dos dados à manutenção de privilégios e de poder”. *Educação e Sociedade*, 27(96). Campinas, Ed. Especial, pp. 717-737. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

SEGATO, R.L. (2006). “Cotas: por que reagimos?” *Revista USP*, 68. São Paulo, pp. 76-87. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/revusp/n68/08.pdf>

VELLOSO, J.; CARDOSO, C.B. (2011). “Um quinquênio de cotas: a chance de ingresso de negros na Universidade de Brasília”. *Revista brasileira Estudos Pedagógicos*, 92(231), Brasília, pp. 221-245. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/2071/1657>

VELLOSO, J. (2009). “Cotistas e não-cotistas: rendimento de alunos da Universidade de Brasília”. *Cadernos de Pesquisa*, 39(137), pp.621-644. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n137/v39n137a14.pdf>

ZIMERMAN, A.; SILVA, S. J.; OLIVEIRA, V. E. (2011). “A expansão do campo das políticas públicas na universidade brasileira: o caso da UFABC”. *In NATAL, C. B.; DALPIAN, G. M.; CAPELLE, K. W.; FERREIRA, R. L. S.; SILVA, S. J. (orgs.) UFABC 5 anos: um novo projeto universitário para o Brasil*. Santo André, Universidade Federal do ABC.